

Dinheiro da privatização é repassado para saúde

O presidente Itamar Franco assinou ontem decreto que destina para os ministérios da Ciência e Tecnologia e Saúde Cr\$ 2,5 trilhões obtidos com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Poliolefinas. O Ministério da Ciência e Tecnologia receberá Cr\$ 1,3 trilhão, e o Ministério da Saúde, Cr\$ 1,2 trilhão. O total arrecadado em moeda corrente nos dois leilões foi de Cr\$ 4,5 trilhões. Parte dos Cr\$ 2 trilhões restantes será destinada para a área de segurança.

Este foi o primeiro decreto assinado por Itamar, distribuindo recursos obtidos com a venda de empresas estatais, desde que ele mudou as regras do programa de privatização e passou a exigir um percentual em cruzeiros nos leilões.

Em razão da abertura de crédito para os dois ministérios, haverá mudanças nas receitas da Fundação Nacional de Saúde, do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conveniados — Os hospitais contratados e conveniados ao Sistema único de Saúde (SUS) receberão na próxima semana Cr\$ 17 trilhões pelos serviços ambulatoriais prestados durante o mês de junho, garantiu ontem o presidente do Inamps, Carlos Mosconi, à diretoria da Federação Brasileira de Hospitais. Os recursos, a serem liberados pelo Tesouro, irão complementar o empréstimo obtido pelo Governo junto ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que não foi suficiente

para cobrir toda a despesa do mês passado. A expectativa do Inamps é de que os hospitais conveniados retomem o atendimento normal à população.

Carlos Mosconi assegurou à diretoria da Federação que estão praticamente acertados os entendimentos com o Ministério da Fazenda para garantir os repasses do Tesouro para o Ministério da Saúde, regularmente, entre os dias 20 e 30 de cada mês. O Tesouro vai complementar os recursos já destinados para a Saúde, mas que não têm sido suficientes. De acordo com a Federação dos Hospitais, a garantia do Inamps é de que, pelo menos até o final deste ano, não deverão ocorrer atrasos nos pagamentos, o que provocou grave crise no sistema de saúde nos últimos três meses.